



Assembleia Municipal

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 21 DE ABRIL DE 2005

Terceira acta

Ao vigésimo primeiro dia do mês de Abril do ano de dois mil e cinco, reuniu em sessão ordinária, pelas 21:45 horas, a Assembleia Municipal de Albufeira, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Albufeira, por convocatória de um de um de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO PRIMEIRO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEGUNDO: Avaliação das infraestruturas do Município de Albufeira que irão passar para as Águas do Algarve, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Inventário do Património respeitante ao ano de 2004, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal dos documentos de Prestação de Contas do Município de 2004, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PRESENCAS: Feita a chamada verificou-se estarem presentes os membros, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Francisco João Magalhães Calhau, Vítor José Cabrita Neto, Carlos Duarte Vieira Gabriel, José Manuel Bota Sequeira, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Carlos Sérgio Freire Quintino, Fernando José dos Santos Anastácio, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Fernando Cabrita Neves, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Helder José Coelho Guerreiro, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Francisco José Pereira Oliveira e Vítor José Correia Maria Vieira. -----

Procedeu-se à chamada dos Presidentes das Juntas de Freguesia, verificando-se as presenças de: Helder Sousa (Albufeira), Francisco Guerreiro (Paderne), José Paulo Aboim (Guia), e Fernando Gregório (Ferreiras). -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d' Água, Berto Palma, chegou pelas 21:55 horas. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, do Vereador em regime de permanência, José Carlos Rolo e não permanência, Vitor Clemente e Carlos Lima (21:55 h). --

FALTAS: Francelina da Luz Rodrigues Lourenço e António Paulo Martins dos Santos. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros António

Santos, Manuel Meirinho e Maria Fernanda Rodrigues, foi verificada a legitimidade e identidade do membro imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Adolfo Miguel Gregório. -----

O Presidente da Assembleia dá início ao período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Não havendo intervenções por parte do público, passa-se ao período destinado aos membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:-----

Fernando Neves - Tenho duas ou três questões para levantar aqui, talvez o Sr. Presidente tenha a resposta. Primeiro: as obras que estão a ser feitas no Cinepax. Segundo o que me foi dado a observar, a licença de construção, salvo o erro, inclui três pisos acima da soleira e abaixo da soleira não está nenhuma construção prevista. De facto há uma cave, cave essa que está a ser bombeada diariamente água para uma sarjeta. Pergunto: aquela cave foi autorizada ou não? Na mesma rua, antiga rua do cinema, há ali uma obra que parece mais um fantasma. Está toda tapada, não tem indicação de quem está a construir, dá a sensação que o piso foi alterado em relação á altura que estava inicialmente na construção que existia. Acho que não há ninguém a fiscalizar aquela obra. Ninguém sabe o que vai sair dali. Outra questão que lhe queria colocar, é em relação à central de camionagem. É muito simples. Eu sei que é um terreno privado e que a Câmara está lá a construir a central de camionagem. Qual é a situação actual, em relação à propriedade que existia ali? Houve acordo com o proprietário? -----

Presidente da Câmara - Em relação à cave do edifício do Cinepax. Quando o projecto deu entrada não trazia a cave. Foi introduzido um projecto de alterações com essa cave. Foi na altura pedido à Câmara e à Sociedade Polis, em relação à inclusão da Câmara, como benefício do próprio edifício, que foi formalmente aceite. Neste momento, temos cá o processo para aprovação. Em relação ao Sotto Mayor. Tem a haver com um pedido de mudança de uso. Passa para um restaurante. Em termos de remodelação de interior, como sabe, é objecto de autorização da Câmara. E também foi já aprovado o projecto de arquitectura em termos daquilo que se pretende fazer no exterior. O facto é que para quando chegar ao fim do mês de Maio não pode haver obras em execução, ela está tapada. Temos falado com os promotores no sentido de minimizar os impactos, para que em determinada altura, limpar e pô-la a funcionar. Sobre a central de camionagem. O terreno era privado, mas foi feita uma cedência desse terreno, tendo em conta que o terreno é do proprietário que tem na totalidade cerca de vinte hectares. Fez a cedência daquele terreno tendo em conta que no futuro, daqui a dois, cinco, dez anos, quando houver ali possibilidade de construir. A cedência foi feita antecipando a cedência. Este tipo de situação já aconteceu algumas vezes neste concelho, nestes últimos anos, nomeadamente o centro de saúde da Guia e o parque de estacionamento dos Olhos d'Água, salvo o erro. Trouxe a proposta á Câmara, que a aceitou e foi feita a escritura de cedência à Câmara. -----

Fernando Neves - Em relação ao banco Sotto Mayor. Será que não irá haver alterações na altura do edifício? Parece-me que está mais alto. -----

Presidente da Câmara - Toda a requalificação é no interior e passa para restaurante. É o que está autorizado. Com esse alerta, mandarei averiguar. Tenho passado por lá mas não reparei em nada de anormal. -----

Francisco Calhau - Gostava de fazer uma pequena reflexão sobre um conjunto de factos que nós, PSD, entendemos que devem ser objecto de alguma critica relativamente a posições públicas. Eu tenho uma parte dessa intervenção sistematizada por escrito, e vou passar a ler. Na Câmara Municipal de Albufeira, assistiu-se há pouco tempo o lançamento da 1ª pedra do terminal rodoviário de Albufeira e ontem em Paderne presenciou-se o lançamento da 1ª pedra do pavilhão ginodesportivo. Qualquer uma daquelas cerimónias já tinham o visto do Tribunal de Contas, ambas estavam numa situação perfeitamente legal. Tratam-se de obras que fazem uma falta tremenda no concelho, que durante muitos anos foram emblemáticas de executivos anteriores, principalmente a primeira. A sua prioridade e a sua importância é de realçar. Também em 19 de Abril ficou a saber, pelo executivo camarário, que tinham sido adjudicadas obras que no aspecto da educação são extremamente importante, nomeadamente uma nova escola do 1º ciclo em Ferreiras, a ampliação da escola do 1º ciclo dos Brejos, e ainda tinha sido aberto o concurso para a ampliação e remodelação da escola do 1º ciclo de Vale de Carro. São também obras de bastante importância. Não podemos deixar também de referir uma obra que não é de forma alguma menos importante, embora possa ser alvo de algumas criticas com os transtornos que tem causado, estamos a falar da obra do eixo viário. No entanto, é um facto, é impossível fazer intervenção sem transtornos naquela zona. A importância dela é bastante grande e, provavelmente só lhe será reconhecido o valor quando ela estiver executada, e há um esforço tremendo no sentido de que a obra tenha uma conclusão o mais rapidamente possível. Veja-se também o caso das piscinas municipais, que é um elemento essencial no nosso concelho e que também durante muitos anos, muitos executivos anteriores foi sendo renunciada, nunca foi executada, nem sequer iniciada. A rotunda do Centro de Saúde, foi também feita em tempo recorde. Temos também o processo de obras, algumas que gostaria de realçar, como no Cerro Malpique, quem vai hoje à Guia também encontra intervenções de fundo bastante importantes relativamente à cobertura que se está a tentar fazer relativamente ao ribeiro, é uma coisa importantíssima, há transtornos ambientais que provocavam. Quem passa hoje na Via do Infante, finalmente podemos olhar para um dos monumentos mais importantes do nosso país, a realçar a obra do historiador António Matoso como o único exemplo significativo de uma construção neste tipo de material, estamos a falar em taipa, ele refere noutra obras mas de muito mais pequena dimensão. Finalmente o Castelo de Paderne pode ser apresentado na sua importância e na informação que está a ter através do IPPAR. -----

Há aqui um conjunto de intervenções que nos parece e que nos leva a fazer esta pequena intervenção antes da ordem do dia. Chamo a atenção, que muitas vezes, embora em campanha dentro em breve, porque estamos num meio de eleições, mas há uma certa injustiça quando se fala em determinado tipo de questões e se levanta um conjunto de criticas. Portanto, nós, de uma forma muito ligeira, estamos a expor aquilo que entendemos ser a importância das intervenções que este executivo tem tido e credibilidade irá mostrar

em breve trecho. Era essencialmente isto que nós gostávamos de deixar aqui nesta análise. Obrigado. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros. -----

O Primeiro Secretário faz a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDENCIA. -----

O Presidente da Assembleia inicia a ordem de trabalhos. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Não há intervenções. -----

PONTO SEGUNDO

Avaliação das infraestruturas do Município de Albufeira que irão passar para as Águas do Algarve, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; - Fernando Anastácio - Sobre este assunto é bom termos alguma visão de retrospectiva do que está em génese desta integração do município de Albufeira na Empresa Águas do Algarve e particularmente nesta matéria, que tem a haver com o saneamento, com a passagem desta competência para a Empresa Águas do Algarve. É um dossier relativamente antigo, que já foi iniciado há alguns anos e que teve o epíteto mais recente já neste mandato, mas enquadra dentro de toda uma montagem jurídica e financeira prévia, vinda ainda do tempo do Governo do Eng. António Guterres e com o Ministro José Sócrates. Não temos dúvidas que esta matéria de saneamento é, na nossa nossa opinião, uma matéria com a sua natureza para uma boa aquisição e uma gestão de recursos, extravasa as fronteiras da realidade e da dimensão concelhia. Sou da opinião que de facto terá vantagens esta gestão ser feita num plano supra municipal. Mas também é bom termos presente que o concelho de Albufeira, destacou-se nos anos 80 e 90 por um quadro de investimento que fez em infraestruturas de saneamento. Isso permitiu-nos, sem sombra de dúvida, estarmos hoje numa das primeiras posições no que se relaciona e reporta a saneamento. Houve de facto, uma opção estratégica do município de Albufeira em apontar o investimento no saneamento como prioridade. Quando se estabelecem prioridades, fazem-se opções. Quando se fazem opções, é óbvio, responde-se a algumas coisas em detrimento de outras, porque todos nós sabemos que os recursos financeiros são escassos, Essas opções tiveram como base a afectação de recursos próprios do município para responder a esse tipo de aposta, com vista a que com eles se captassem fundos comunitários significativos para esta matéria de saneamento. É obvio que não foi o município de Albufeira que definiu as regras da determinação da avaliação e da compensação que os municípios deverão receber, mas também é um facto que decorre destas regras que a valorização é feita, não tendo em consideração os recursos que custeavam estas obras, nomeadamente com origem nos fundos comunitários. Portanto, a avaliação é feita tendo aqui em consideração aquilo que foram os investimentos directo do município nas infraestruturas que hoje estamos aqui a analisar. Eu quando olho para o que aqui está, vejo que o município de Albufeira Supra irá passar para a Empresa das Águas do Algarve e ser compensado por isso. Portanto, é óbvio, que num quadro

de justiça relativa, o concelho de Albufeira, que fez uma operação estratégica no saneamento, sai de alguma maneira prejudicado, digamos assim, neste quadro de referência. Porque isto é matemática e não trará grandes discussões. É importante deixar essa nota. É importante que se tenha essa percepção. Os autarcas de Albufeira têm a perfeita noção de que há de facto aqui uma penalização relativa deste concelho, que é hoje e nestes primeiros cinco anos, se notarem algum problema na matéria, mas não deixamos de ter uma posição relativa. Queria deixar aqui, primeiro, a nota de opção que ouve, a opção que nos colocou numa posição importante no quadro de resposta ao problemas do saneamento, simultaneamente aquilo que vai resultar numa apelativa injustiça para o município. E queria fazer hoje aqui, porque parece e essencialmente será a breve e a médio prazo, numa perspectiva de visão estratégica, esta matéria há-de ser resolvida em sede da avaliação dos activos e da avaliação daquilo que é a Empresa das Águas do Algarve. Porque, obviamente os equipamentos entram com base em critérios predefinidos, mas desde que sejam activos da empresa são contabilizados e avaliados em função do seu efectivo valor patrimonial e, portanto são activos que vão valorizar a empresa. Eu gostava de deixar aqui uma nota, e penso que não houve aqui, neste tempo, a necessária sensibilidade e percepção, e o facto de estar em cima da mesa, porque existiam algumas oportunidades de tomadas de capital na empresa das Águas ao longo destes últimos três anos que não foram aproveitadas. Ou seja, a Câmara Municipal de Albufeira não escutou as ofertas e as oportunidades que teve de adquirir posições de capital, que até lhes eram distribuídas dentro dos rácios da proporcionalidade e, portanto, não fez essa subscrição integral. Na minha opinião, o futuro lhes irá mostrar se isso é verdade ou não. Pela lógica, daquilo que é o desenvolvimento das empresas e evolução de mercado, concerteza que amanhã, numa perspectiva de uma abertura deste sector em sector privado e uma eventual canalização, mesmo que parcial, destas empresas, o facto de não termos adquirido, tomado posição e utilizado todas as oportunidades que queríamos para valorizar a nossa participação no sector privado, na minha opinião do ponto de vista financeiro, foi uma opção errada. E não permitir recuperar ou minimizar alguns daqueles problemas que decorre desta injustiça relativa, que são os critérios de avaliação de entrada desta sociedade. Portanto, fica o reparo, a nota, fica o comentário e a questão financeira à gestão financeira e à política de investimento da Câmara Municipal de Albufeira nesta matéria e esperemos, sinceramente, que eu esteja enganado no futuro, e que de facto não seja assim. Porque na minha opinião, não podemos voltar a termos perdido alguma oportunidade de validar a nossa participação nesta empresa. Por outra lado, sabendo que isto, como muitas vezes, há a tentação de olhar para o curto prazo e para as respostas a curto prazo. A possibilidade acrescida que hoje apesar instigada, na minha opinião, mas acrescida e muito significativa, que esta adesão e esta transparência vai dar ao município de Albufeira, estamos a falar aproximadamente de dez milhões de euros, seja um instrumento não para ser consumido naquilo que é viragem do consumo corrente, mas sim que seja utilizado no desenvolvimento deste mesmo concelho. --- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: (1) Fernando Neves. -----

Abstenções: (0) -----

Votos a favor: (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Carlos Gabriel, José Sequeira, Carlos Quintino, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Helder Guerreiro, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Helder Sousa, Paulo Freitas, Pedro Ferro, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Fernando Anastácio, Ricardo Silva, Adolfo Gregório, Francisco Oliveira, Francisco Guerreiro, José Aboim, Fernando Gregório e Berto Palma. -----

Aprovada por maioria -----

O membro Fernando Anastácio, sugere que os dois pontos seguintes sejam discutidos em conjunto e deliberados em separado. -----

O Presidente da Assembleia pergunta aos membros da Assembleia se alguém se opõe. Ninguém se opôs. Proposta aprovada por unanimidade. -----

PONTOS TERCEIRO E QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Inventário do Património respeitante ao ano de 2004, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal dos documentos de Prestação de Contas do Município de 2004, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Fernando Anastácio - Estamos hoje aqui a apreciar a prestação de contas do município de Albufeira no exercício de 2004. Já fizemos o mesmo em relação a 2003 e a 2002. Em relação a 2002, se me recordo, a Assembleia foi na Guia. Percebemos algumas justificações. O Orçamento foi lançado no início do ano, com o primeiro trimestre quase concluído, foi o ano de chegada, o ano de apreciação. É natural que a execução orçamental não fosse a mais brilhante. Podemos dizer que nessa altura, com o justo parecer, o executivo passaria com dez menos, sem prejuízo de, não querer com isto substituir-me a mim, por pessoas que estejam aqui presentes. Em 2003, os factos eram muito mais graves, porque já não era o ano do arranque do exercício, mas já era o segundo ano, o ano em que as coisas já deveriam estar a andar, e estão aí, a execução revelou-se desastrosa, aliás, pior do que no ano de arranque. De facto, não se percebeu. A crítica que fizemos foi dura, justa na nossa opinião, não colheu obviamente o apoio da bancada Social Democrata. Nós percebemos que por vezes há sensibilidades que a razão não justifica, pelo menos a cor partidária não justifica. Digamos que foi mais uma posição de solidariedade com o executivo, do que propriamente uma posição de convicção (isto é a minha leitura). Hoje, estamos aqui novamente para falar de uma prestação de contas e de um exercício de 2004, o terceiro ano de mandato. Na nossa perspectiva e lembro, voltando à questão da despesa, de facto, nesta matéria e na despesa perversa, aquela despesa que os deixa preocupados, não tem tendência a melhorar, os indicadores assim o dizem. Aliás, naqueles indicadores de qualquer conta de gerência, há lá aqueles indicadores que demonstram se temos umas contas com saúde ou sem saúde, estão lá e eles crescem no sentido negativo. Podíamos dizer que é conjuntural, vamos tentar resolver, mas não há aqui nenhum indicador que nos permita pensar que é assim. É verdade que a despesa de capital subiu este ano comparativamente ao ano passado, que foi mesmo

mau, mas mesmo assim está ao nível, valores absolutos sem correcções monetárias, daquela efectuada no último mandato desta Câmara, do tempo daqueles indivíduos do PS que não faziam nada, como vocês aqui repetidamente costumam dizer. Hoje, em 2004, o investimento deste executivo dinâmico e com muita capacidade de execução, consegue ainda estar inferior ao mau exercício do Partido Socialista. A esperança é a última coisa que morre, e acho que se devem agarrar a ela, porque é a única coisa que têm. Voltando ainda à caracterização da despesa. É insustentável, qualquer gestão equilibrada continuar a crescer em despesas de pessoal à média de 83% ao ano. Aconteceu no ano passado, há dois anos, há três. Garanto-lhes que a Dra. Manuela Ferreira Leite o chumbava no exame. Uma pergunta: O que ele quer dizer com isto? Será importante dizer? É. Vejam as rubricas. Onde é que se falhou concretamente? São daquelas coisas que não tem a ver com as pessoas, o discurso do actual executivo as pessoas estão sempre presentes. Mas depois vão ver, entre aquilo que previram e aquilo que fizeram. Na Educação, que não tem nada a ver com as pessoas, um desvio de 41%. Na habitação e Serviços Colectivos, também não tem nada a ver com as pessoas, menos 29%. Na Segurança e Acção Social, menos 77%. Na Cultura, menos 21%. Mas a previsão não é nossa e a execução não é nossa. Nós não temos mesmo nada a haver com isto, é tudo convosco. Ficamos só por aqui? Não. Se vocês se derem ao trabalho de ver um quadro gráfico, com os crescimentos entre o inicialmente previsto, o previsto regime e o executado, verificarão que, em áreas como abastecimento de água, saneamento, desporto e lazer, ordenamento do território, transportes rodoviários, em todas, estamos aquém daquilo previsto. Podia ir buscar os números que estão aqui, não é necessário, porque remeto para ele. Aliás, se tivesse que justificar tudo o que estou a dizer, bastava tão só o documento que vou entregar e era suficiente. Por isso, posso tirar uma conclusão, eu hoje, de facto, escolhi o exemplo da escola como ilustração da minha intervenção, porque entendo que quem não consegue executar em relação ao que prevê, menos do que 41% na Educação, merece mesmo que se fale da escola como exemplo. Eu sei que hoje no Ensino, em alguns sítios só se usa a escala de uma a cinco, mas vamos admitir aquela antiga, de zero a vinte. De facto, já foi assim em 2002, foi assim em 2003 e é assim em 2004. Tenho a certeza que, por mais complacente, por mais vontade que o professor quisesse passá-los, era difícil. É mesmo mau. Aliás, eu corro o risco de dizer que podem estar aqui a assumir a figura de tri-repetentes, não quero ver mal. Uma pessoa chumba um ano, duas vezes, agora tri-repetente, é de facto uma coisa que não tem lugar no nosso sistema escolar. Também parece que estamos na altura de publicar estas pautas, ou seja, está na altura das pessoas saberem qual é o resultado do exame, pôr as pautas na rua. Isto de termos sempre uma desculpa terminou. Faço um desafio à publicação das pautas, ou procurarei fazer dentro daquilo que estiver ao meu alcance, a divulgação destas pautas. Aliás, há bocado o Eng. Calhau, antecipando-se se calhar, ou então ficou como eu, ao ler isto ficou preocupado, sentiu a necessidade de fazer a sua intervenção elogiosa, por antecipação, da acção do município. Eu compreendo a sua diligência, mas as leituras casuísticas que eu fiz, servem para apreciar em sentido global, e o sentido global é este. Não são as referências que fez, mal de nós se não quisessem dizer rigorosamente nada, Disseram o que executaram e o diferencial que vem na prestação de contas. É evidente que fizeram, mas as pessoas têm que ser avaliadas, essencialmente, primeiro pelas expectativas, por aquilo que se propõem fazer, por aquilo que dizem às

peças que vão fazer. Na política e na gestão pública, as peças apresentam-se com programas, com propostas, todos os anos apresentam um orçamento e são avaliados. Mal de nós, repito, se tudo estivesse mal, mas que estão muito aquém do que deveriam estar, na nossa opinião, estão. Algumas iniciativas deste executivo, muitas delas são obras já lançadas, pensadas, programadas e projectadas pelo antigo executivo, mas ainda bem que as lançaram. Não usem nunca o discurso que nada aconteceu até aqui, que o mundo se fez e que Albufeira foi conhecida quando os senhores chegaram cá, o povo de Albufeira tem memória, sabe o que está para trás e o Partido Socialista, sobre isso, não tem vergonha nenhuma do seu passado, antes pelo contrário. E mostra que mesmo nos anos em que o eleitorado não confirmou a sua continuação no exercício de funções de responsabilidade autárquica, foi melhor do que os Senhores são actualmente. -----

Francisco Calhau - Espero que o Dr. Fernando Anastácio, quando for publicar as pautas, não se esqueça que o mandato do executivo é um processo de avaliação contínua, portanto convém publicar a pauta final também. Ao meter as pautas intercalares, a final é que dá o resultado final, portanto essa, convém que não se esqueça dela. Se calhar, a terceira pauta intercalar, reflecte uma parte do trabalho que ainda não pode ser avaliado, mas que depois integrará a parte final da avaliação. Isto acontece vulgarmente, por isso é que se chama um processo de avaliação contínua. Podemos discordar de que os resultados da avaliação contínua seja muitas vezes de altos e baixos, mas acontece vulgarmente essas situações. Muitas vezes convém ver, se um aluno não começa a ser avaliado sem sequer lhe ter sido dada a matéria, como será o caso. No primeiro ano, parte do insucesso é-lhe imposto, como nós dissemos e existem actas, mas não vamos lá voltar outra vez, aliás esse foi um pesadelo que se foi mantendo ao longo dessas pautas intercalares da avaliação de que tem falado. Mas vamos deixar a avaliação e passemos à frente. A única coisa que se espera é que também não se esqueça de publicar a tal pauta final. Convém que não haja muita preocupação, porque todas as obras que estão a ser executadas, estão a ser vistoriadas e portanto, tenha a certeza de que os resultados da última avaliação vão ser muito superiores relativamente aos das pautas intercalares. É um problema que pode acontecer, são os resultados da avaliação contínua. Há de ver, concerteza, fotografias do concelho de há quatro anos para trás. Por acaso até tenha assistido ao funeral de um familiar de uma figura pública, que se calhar até vai concorrer a Presidente da República deste país, em que estava um bidão naquele sitio, não foi há muito tempo, na praça mesmo em frente à capela. Eu até acredito que haja essas fotografias. Já agora, gostava que fossem publicadas também, para se poder comparar com a actualidade. Podemos comparar mais coisas, de certeza, ao longo do nosso concelho, no passado e no presente. Eu acredito que são esses os números, por acaso não os vi, mas como os referiu, pode ter a certeza que não os vou discutir. Mas também não se vai discutir, porque hoje é fácil mostrar, o que é que estava e o que está. Há dúvidas? Biblioteca Municipal, Piscinas Municipais, etc.. Quantas vezes eu ouvi em mandatos sucessivos e o Dr. está cá há muito mais tempo do que eu, portanto, lembra-se perfeitamente que essas obras transitavam de executivo para executivo. Estamos a referir algumas daquelas que eram emblemáticas e que nunca foram executadas. Essas também, espero que constem da pauta final. Agora, que há problemas e que continua a haver, evidente que os há. Este executivo atravessou, talvez, um dos piores momentos em termos

de crise a nível nacional. Aí, também penso que os números são evidentes. Não sou eu que o digo, e não é desculpa de ninguém. Aliás, fomos penalizados a nível de Governo Central precisamente por isso, nem soubemos lidar com essa crise, porque a crise se mantém. Todos os concelhos foram atingidos. Todos nós sabemos ao longo de quantos anos tivemos de esperar que a nível central se desbloqueassem fundos relativamente ao tão prometido Polis. E esses problemas tiveram a ver com o nosso partido, quando estive no Governo e com o vosso. Mas, o que é um facto, é que independentemente de ser de um ou de outro partido, reflectiram-se na acção deste executivo e naquilo que havia para fazer. O processo de avaliação ainda não acabou, não se esqueça. -----

Presidente da Câmara - Se me permitem usar a palavra. E depois, quero pedir ao Dr. Rolo que me acompanhe em algumas questões que achar por bem referenciar. Sobre a Educação. É uma questão que o Dr. Rolo explicará melhor que eu, mas, quem conhece as escolas do concelho, o parque escolar que temos e o que estamos a fazer, publicando estes números é o mesmo que falar mal da Manuela Ferreira Leite quando ela só falava de números e do défice. Obviamente que os números são aqueles que aí estão, mas entre aquilo que é publicação de números e depois a execução das obras, há uma diferença. Sempre foi assim. É muito difícil, qualquer executivo, qualquer governo, cumprir exactamente a 100% todas as rubricas e questões referenciadas no plano de actividades e orçamento. Há questões que nós conseguimos dar uma resposta mais cabal, outras são mais complicadas e é evidente que a culpa será nossa em algumas questões, mas também há outras entidades que tiveram culpa neste processo. Em relação ao Polis, eu não consegui fazer qualquer investimento no ano passado, por razões específicas e estão bem definidas. No entanto, as obras que nós estamos a fazer, estão à vista e concerteza farão parte da pauta final. Em relação a despesas. Abrimos os equipamentos, logo temos de ter gente formada, especializada, pessoal competente. Não podemos colocar qualquer tipo de pessoa em determinado equipamento. As coisas vão acontecendo e essa é uma das razões. Nós, continuamos a apoiar os clubes e associações do concelho. Se perguntar aos clubes e associações, e sei que tem feito isso, vai perceber que ouve um esforço muito grande da autarquia, ao longo destes anos, para dar resposta a essas questões. Tudo isso tem de ser contabilizado na pauta final. Essa forma de intervir, o conhecer o espaço, as preocupações, as necessidades, o estar lá, dar respostas, as pessoas também põem isso na pauta final, não é só esses números. As pessoas estão fartas de números, elas querem ver as coisas prontas, concluídas e perceberem que há vontade e seriedade de quem cá está, de pôr no terreno aquilo que anseiam. Não se consegue fazer tudo. Eu não conheço ninguém que consiga. Nem o Papa consegue dar resposta a todas as questões, e é o Papa. Nós, o executivo, assume algumas situações que não foram tão bem executadas e conseguidas, daquilo que era a nossa intenção relativamente a processos que pensaríamos que seria mais rápido, mais célebre. Mas o facto, é que as coisas vão acontecendo, vão-se fazendo. Albufeira tem condições para ser uma cidade moderna. Há três anos, quando chegamos, não tínhamos sinalética, nada estava identificado. Temos os transportes urbanos. Estamos a fazer a central de camionagem. As piscinas municipais, obviamente, não nasceram na globalidade neste executivo. A biblioteca. Há uma série de equipamentos. Novas escolas. Abertura de concursos para o centro de dia, para a nova creche. Em relação às freguesias, procuramos um equilíbrio no investimento em

relação ao que era o investimento em Albufeira. Durante muitos anos as freguesias estiveram esquecidas, só começaram a ter alguma atenção nos últimos anos, há cinco ou seis anos. Há dez anos atrás, ninguém se lembrava que existia Paderne, era só de onde vinha a água, mais nada. Houve toda essa preocupação e que irá ficar na pauta final. Assumimos claramente que há questões que foram dadas respostas que deveriam ter sido dadas, mas há aqui questões tidas em função das necessidades e dos objectivos do concelho. E como eu disse, é preciso pessoal para os equipamentos e continuaremos este ano a apoiar os clubes e associações com meios financeiros, porque eles fazem parte da sociedade civil e daquilo que é importante em termos da nossa forma de sentir e saber que as actividades desportivas contribuem muito para a formação dos nossos jovens e portanto, temos de dar condições a essas associações. -----

Vice-Presidente da Câmara - Não vou dispensar a prova oral. Normalmente dispensava as provas orais. Queria dizer que num processo avaliativo há sempre a hipótese de um recurso à nota atribuída e o que conta é a nota final, depois do recurso contestado. Penso que aqui, o avaliador esqueceu-se de avaliar algumas questões. Isso acontece, até ao melhor professor, por vezes por esquecimento. Há várias questões que foram esquecidas, nomeadamente que este executivo herdou do anterior, com isto não estou a dizer que nada foi feito, obviamente que foi, concerteza que teve de ser feito alguma coisa, e alguns dos projectos que nós estamos a levar a efeito também foram feitos pelo executivo anterior, mas concerteza que as cidades ficam, a Câmara há-de ficar e as pessoas passam. Vai ser sempre assim. Concerteza que não deveremos fazer como muita gente faz quando chega a determinado sitio, acaba com tudo o que vem do anterior e começa tudo de novo. Não acho que seja correcto, nem a nível local, nem nacional. O que é certo é que, e é real, são os números que o dizem, a sua evolução, em 2001 transitou para 2002 uma dívida assumida de €5 200 000,00, reduzimo-la em 2002 para €3 184 000,00, em 2003 €2 613 000,00 e 2004 €1 262 000,00. Quero dizer que, há aqui um bom processo da dívida transferida de ano após ano. O saldo final que sobrou, como se pode ver, são €595 000,00, não é um número exagerado. Se nós estivéssemos tido capacidade física de com estes €595 000,00 pagar parte deste €1 262 000,00 que transitou, ficávamos praticamente com €500 000,00 de dívida a transferir de um ano para o outro, que era naturalíssimo, evidentemente que sim. O Sr. Presidente já aqui falou da execução do polis, obras que não se realizaram, portanto a despesa não foi feita, obviamente que faz baixar o nível de execução neste capítulo da despesa. Conforme aprovado há bocado, tem vindo ao longo dos anos por volta de € 7 000 000,00 inseridos no orçamento e no plano, relativo ao recebimento das infraestruturas às Águas do Algarve. O não ter sido executado, não é por responsabilidade directa do executivo. Se calhar, este ano, lá está o tal recurso que nós vamos interpor aqui. Preocupou-se muito, no seu discurso, reparei, na questão da educação. Na questão da Educação, se tiver atento aos números que vão saltitando por aí, pode reparar que em três anos já fizemos duas escolas do 1º ciclo, totalmente novas, e dentro de quinze dias, três semanas, iniciaremos uma nova escola em Ferreiras, portanto, três escolas em três anos e meio. Do ano lectivo 2003/2004 para 2004/2005, só na freguesia de Albufeira, aumentamos cento e vinte e cinco lugares de crianças no pré-escolar. Posso dizer que havia cento e setenta e cinco lugares. Todo isto com um certo prejuízo nosso. A escola da Correeira, custou

praticamente €1 500 000,00 e ficou pronta com o orçamento camarário. Já não temos possibilidade neste eixo fazer candidaturas aos programas da União Europeia. Isso também é importante, um certo esforço demonstra que temos apostado fortemente, só considerando o investimento de empreitadas, nestes três anos e quatro meses foram €5 700 000,00 na Educação. Apenas em empreitadas, não estou aqui a considerar cento e tal computadores novos que estão nas escolas do 1º ciclo. Foram comprados através de uma candidatura que fizemos ao programa PRODEC. Não vou considerar todo o equipamento adquirido. Só está considerado em termos de empreitada, obras de construção civil. Portanto, se isto não é investimento na educação, então não sei o que será? Quando falou nos 41%, deve-se tão só a duas situações: a escola das Ferreiras, que se vai iniciar agora e o pavilhão de Paderne, que por vicissitudes várias, a questão de transferência de terrenos para património municipal foi extremamente difícil essa negociação e a parte burocrática da inscrição dos terrenos no registo. Outra questão que era bom lembrar. O rácio entre as receitas próprias e as receitas cobradas. Penso que é bastante bom, uma vez que esta execução teve receitas próprias de setenta e poucos por cento do orçamento. Por outro lado, o facto de se aumentar as despesas em pessoal. Se construímos várias escolas, se construímos uma biblioteca, se construímos as piscinas, se queremos implementar a utilização cada vez mais massiva de novas tecnologias, se aumentamos a capacidade em termos de jardins-de-infância, concerteza que vão ser necessárias pessoas. Mas o investimento não passa só por isto, obviamente que as pessoas são investimento. Nós podemos construir muita coisa, mas se não houver pessoas não vale a pena ter investimento, será um desinvestimento. Concerteza, vocês terão as suas leituras, nós fazemos as nossas e alguém daqui a algum tempo irá julgar, será o examinador final. -----

Fernando Cabrita - O vice-presidente referiu que de facto houve projectos que o partido Socialista fez, como por exemplo as piscinas, a biblioteca. Gostaria só de saber, quais são os projectos que este executivo elaborou, para que o próximo executivo, seja este ou outro, vá executar? -----

Vice-Presidente da Câmara - Ainda não chegamos ao fim do nosso mandato, mas já temos vários. A ligação da estrada do Montechoro a Fontaínhas, é um exemplo. Ainda faltam cinco meses. Ainda poderão aparecer muitos mais projectos. Uma nova escola na Guia, o pavilhão desportivo dos Olhos d'Água, o pavilhão desportivo das Fontaínhas. -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta Freguesia Paderne) - Paderne, agora está na berlinda. Não vou fazer campanha. O eleitoralismo já deu o que tinha a dar, pelos vistos, nas últimas eleições legislativas. Em relação ao que se falou há bocado. Eu tenho sessenta anos e sempre vivi em Paderne e sei o que foi feito e o que não foi feito. Deve-se falar a verdade, independentemente da política. Quero dizer o que existia naquela freguesia quando entrei, e o que existe hoje. E quero dizer que todas as obras que lá existem desde 1989, foram todas propostas por mim, Pela Junta de Freguesia à Câmara Municipal. Como eu falei, já várias vezes, o executivo que entrou há três anos, deu seguimento às obras que faltavam. Não esqueçamos que quando este executivo entrou, todas essas obras estavam projectadas, incluindo aquela que fomos lá ontem. É evidente que estas coisas têm o tempo que têm para negociar e concluir. Deixemo-nos disso, falemos verdade, que a verdade é que é bom que se fale. Eu congratulo-me por a Câmara, de há três anos a esta parte, deu continuidade nas

obras que faltavam, mas estavam todas projectadas e penso que, algumas dessas obras que foram concluídas depois, até já estavam na eminência de concurso. Estão aqui vereadores que sabem disso. Custa-me um bocado ouvir "*eu conheço Paderne*", eu é que conheço Paderne, nasci lá e sei o que lá existia. Quando dizem que Paderne ficou um bocado esquecido, é verdade sim, mas foi há oito, dez, quinze anos atrás que Paderne começou a andar, não foi agora. Este executivo deu continuidade e muito bem. Quais são os novos projectos que há para Paderne? -----

Francisco Calhau - Eu não vou responder ao Sr. Presidente da Junta nesse sentido ofensivo. O Sr. Presidente da Junta tem razão em algumas coisas. Primeiro: não sou de Paderne, mas acho que tenho o direito de lá viver. Desde 1987 até hoje, vivo em Paderne, portanto adquiri o direito de continuar lá. Segundo: realmente, não vivo em Paderne, saio de lá às 8 horas da manhã, volto às 8 horas da noite. Eu não conheço a freguesia, realmente não conheço, mas há uma coisa que conheço, que são os sítios por onde passo. Os sítios por onde passo, na realidade, com obras ou com projectos feitos há muito tempo, ou por fazer, o Sr. Presidente diz que os projectos já existiam, quem sou eu para o desmentir, só me lembro de ter ouvido alguém dizer, com muita piada que, "uma coisa é fazer projectos, outra coisa é concretizá-los". Fazer projectos e não concretizá-los é muito complicado, ninguém vive de projectos, é a mesma coisa que dizer que se dá pão a toda a gente mas não se fabrica. Um projecto só é projecto a sério quando tem um objectivo definido, ou seja, a obra é concluída. Aquilo que eu disse e se restringe apenas àquele pequeno percurso que eu faço entre as oito da manhã e as oito da noite, é verdade e devem existir fotografias que documentem. Essa aí, desculpe que lhe diga, venha quem vier, não pode negar. Há quatro anos aquela zona era uma vergonha. De quem é a responsabilidade? Não sei. Tenho muito respeito por quem vive em Paderne. Eu vivo lá, tenho olhos, sei ver. Aquela zona era uma vergonha há quatro anos. Nessa questão, ponto final. Relativamente ao resto, o Sr. Presidente da Junta tem razão, eu não conheço a freguesia. -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta Freguesia Paderne) - Há quatro anos o Sr. não estava cá. Nunca vi fazer uma casa sem projecto. O projecto estava já lançado. Portanto não vamos fazer exibicionismo. Eu tenho acompanhado todas as obras desde o princípio, todas as que foram lá feitas a partir de 89. -----

Vice-Presidente da Câmara - Quero fazer um pequeno reparo naquilo que o Sr. Presidente da Junta disse há bocado. Na realidade o pavilhão que foi lançado a primeira pedra ontem, não existia projecto na Câmara Municipal na altura que nós chegamos aqui. Fui eu próprio que pedi o projecto à Direcção Regional. Portanto, estava planeado, estava pensado, é verdade, mas não estava projectado. Também sei perfeitamente e tive oportunidade de dizer, a escola do 1º ciclo, essa já tinha o projecto pronto, sugeri-lhe uma pequena alteração e transferi-a de local. Estava no sítio onde vai ser o novo pavilhão e transferi-a para a parte de cima, a sul. -----

Presidente da Câmara - Uma coisa que nunca foi projectado, nem feito em Paderne ao fim de dezasseis anos foi, limpamos aquela entrada de Paderne que era uma vergonha. Era uma situação que se arrastou dezasseis anos e nós no ano passado resolvemo-la. O que está aqui em causa é o seguinte: ninguém disse aqui que o Sr. Presidente da Junta não tem interferência nas coisas. -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta Freguesia Paderne) - O Sr. Presidente está-se a referir ao monte de lixo à entrada de Paderne. Deve-se lembrar muito bem, falou com o Consultor Jurídico, não houve hipótese de remover aquele lixo porque estava em tribunal e arrastou-se todo este tempo. E eu um dia fiz um repto, se o Sr. Presidente assumisse comigo, nós o tirávamos. Foi ou não foi? O que é que o Sr. presidente me respondeu? Eu não. E tem razão. -----

Presidente da Câmara - Fiz. Está lá feito. -----

Fernando Cabrita - _Sr. Presidente, estou para me congratular com as suas declarações, porque para ensaio de propaganda eleitoral começa bem. -----

Fernando Anastácio - Ouvi com muita atenção os outros adversários preocupantes. Aquilo que eu disse, obviamente, temos cores diferentes, a imaginação emana, não tem limite, há sempre dois pontos de vista na abordagem de coisas comuns, quando não há mais. Como hoje a educação foi referida, como mais não fosse como imagem e também como problema de fundo, tendo muito sido falada aqui. Eu queria, primeiro fazer um comentário. Referiu o Vice-Presidente e enumerou aquilo que na opinião dele muito se tem feito na área da educação. Do ponto de vista claro, mesmo que quisesse não fazia tudo. Do ponto de vista de valores absolutos, esses valores, admito, possam ter uma leitura importante, mas há outra realidade no terreno. É que na administração pública, particularmente com o Ensino, a nossa função, como autarcas, é responder às solicitações e às carências. Penso que não vai desmentir sobre isso, até porque é uma pessoa conhecedora da matéria na Educação, ainda antes de ser Vereador. O concelho de Albufeira sempre foi referenciado como sendo um concelho com níveis de satisfação bastante interessantes nas questões da escola e particularmente a nível do ensino. Ainda com algumas carências a nível do pré-escolar, mas sempre foi referenciado como um concelho relativamente bem posicionado nesta matéria. Mas também é verdade e os Senhores como autarcas devem estar atentos às estatísticas, que no concelho de Albufeira, nos últimos anos, muito mudou, e basta olharmos para a estatística, para os tempos, para sabermos que Albufeira cresceu 50% da sua população em dez anos, de 91 a 2001. Por exemplo: há dez anos atrás havia menos de duzentos nascimentos por ano em Albufeira, hoje há mais de seiscentos. É óbvio, seja este município ou outro qualquer, a responsabilidade do executivo que está em funções, é ler e responder aquilo que são as carências sociais. E obviamente, uma população que cresce, que tem filhos na idade escolar, é natural que as solicitações no âmbito escolar sejam muitas e portanto, é natural que os números sejam significativos. Mas a pergunta que fica no fundo, é saber se os níveis de satisfação mantêm-se durante o ano ou não se mantêm? Esta é que é a questão. Porque a avaliação é sempre permanente. Não vale a pena dizermos que foi 5 000 000. Os 5 000 000 podem ser muito e podem ser pouco, mas uma coisa garanto que são, são pouco face às expectativas. Porque nas suas expectativas e são suas, ou do executivo, colocou como referencia, como necessidade e pressuponho que quando se põe no orçamento e se diz que é uma intenção de fazer, é porque avaliou e tinha uma necessidade, se não, não se punha, não se está a pôr números só por pôr. Mas não conseguiu fazer aquilo que propôs. A questão é tão só quanto esta. Estamos a falar da conta de gerência de 2004 e lembrei-me da memória da do ano passado e de há dois anos, e comparei esta com a de 2001. Não fiz mais do que isto. O mandato é de quatro anos, ou seja, não são três de descanso e um de trabalho. Com

isso quero dizer que é negativo para as populações, aquela política muito comum, de andar muito devagar no princípio e depois quando chega a altura das eleições ou do último mandato, andar para a frente é que é caminho, ou seja, com atropelos, prejudicando muitas das vezes as populações porque não se faz as coisas devidamente planeadas, para apresentar no tal exame final que diz, um bom resultado. Julgamos a memória curta e julgamos que as pessoas se esqueceram durante três anos aquilo que deviam ter feito e não fizeram. Portanto, convém de facto, que de vez em quando se vá lembrando que esta avaliação intercalada é para ser feita a todo o momento, porque os senhores não estão aqui no primeiro dia e no último, estão aqui trezentos e sessenta e cinco por ano, durante quatro anos e todos os dias respondem perante os munícipes. Portanto, não se coloquem nessa posição porque qualquer autarca tem de ser avaliado todos os dias. Na questão da Educação e para responder claramente, o desafio foi seu e o insucesso foi seu. Nesta matéria foi, não fui eu que fiz o orçamento, eu até votei contra. Parece que estou contra, discordo das suas opções. Fez o orçamento, foi executá-lo, chegou aqui e teve menos quarenta e tal por cento na educação. Isto foi por causa do terreno? Foi por causa das negociações nas Ferreiras? Pois claro, nunca é por vossa culpa, é sempre por causa de outra coisa. Foi isso que disse no princípio, há sempre alguma coisa que paira, que não consegue progredir com a vossa vontade. Meus senhores, vontade temos todos muita, a questão é resultados e o facto é que o resultado em 2004 não foi bom, face às suas expectativas. Como não foi bom em 2002, face às expectativas. E portanto lhe digo que em 2004 estamos a níveis de execução de 2001, sem correcção monetária. E falou-se aqui muito nas obras do polis. Não atirem areia para os olhos, porque as obras do Polis não têm nada a ver com o que estamos a falar. Sr. Presidente, as obras do Polis são feitas pela Sociedade Polis, com a execução financeira da Câmara Municipal que o senhor cumpriu, portanto, não tem a ver com estes números que estamos a falar. E não venha dizer também, da tal conversa, que andaram três anos para fazer uma reprogramação financeira e em €50 000 000,00 mudaram €100 000,00. Não venha com essa conversa porque isso não existe. Isto é que são os factos. -----

Presidente da Câmara - Três anos para conseguir que o Polis viesse para Albufeira, onde metade deles foram arrastados para o terceiro quadro Comunitário de Apoio. O Sr. Deputado sabe disso. -----

Fernando Anastácio - Eu calo-me para o Sr. Presidente continuar. Retomando, havia sustentabilidade financeira porque a reprogramação financeira resultou naquilo que estava previsto inicialmente. Já não discuto a boa vontade que o vosso executivo tivesse, o facto é que o vosso governo não deu condições para que o Polis avançasse em Albufeira, durante três anos. Meteu os planos de urbanização da frente mar, um ano, o Conselho de Ministros, na gaveta. Ou já se esqueceram disso. O município subscreveu a sua participação no capital e o governo falhou a sua componente. Mas porquê? E agora, vão dizer que o problema é por falta de dinheiro. O problema é falta de vontade. E agora fazem-se obras em risco. Quando se quer fazer tudo em dois, sobra para alguém, para quem? Para os munícipes. Porque, obviamente, quando devia ser tudo planeado, programado no tempo, e quando devia ser suspenso, não pode. É disso que estamos a falar. Uma avaliação progressiva e global. Não estamos a falar só do que se faz no fim, mas também de como se faz, porque há formas de fazer bem e fazer mal. Os senhores até podem fazer, mas fazem mal, fazem em prejuízo

dos munícipes. Esta é a realidade dos números, podem não querer mas vão viver com eles. Esta é a razão da bancada do Partido Socialista: discorda e está contra a prestação de contas. Não pelas questões formais, porque sobre elas não tenho nada a objectar, mas sim por o que elas revelam precisamente e são a confirmação daquilo que é a incapacidade de execução deste executivo face aquilo que são as expectativas que colocou face aos eleitores e a si próprio. -----

Francisco Calhau - Também temos, pelos vistos, alguma divergência quanto às questões de ponderação utilizadas nos momentos intercalares de avaliação. Mas existe outra questão que é esta: acabando de ouvir o Dr. Fernando Anastácio, fica-se com a ideia de que o Polis está cheio de dinheiro. Está lá dinheiro, as obras do Polis estão sendo reprogramadas, os orçamentos não têm nada a ver com o Polis inicial. A ideia que fica é essa. Não foi com essa ideia que ficamos quando entramos, que as coisas eram azuis, cor-de-rosa até. Agora estão um bocado feias. Ao longo deste tempo já nos penalizamos com a responsabilidade do nosso governo, no processo. Agora o que nós estamos a avaliar é o executivo camarário, o governo já foi avaliado. Acho que as coisas são completamente diferentes, não podemos imputar responsabilidades e nesse processo de avaliação intercalar, fazer avaliações que não são objectivas, (já vi que o Dr. Fernando Anastácio não quer discutir a questão do Polis). Tudo bem eu passo adiante. Também gostava de esclarecer uma questão em relação ao Sr. Presidente da Junta de Paderne, de uma vez por todas. Quando eu faço estas críticas, não estou a fazê-las ao Sr. Presidente da Junta. É que as obras que eu estou a referir não decorrem a cargo da Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia não tem dimensão nem capacidade para executar estas obras. Portanto, é caricato estar a ouvi-lo falar sobre uma coisa que é única e exclusivamente da responsabilidade do executivo. O que eu estou a dizer é verdade, não vale a pena estarmos a discutir. As obras que eu estou a falar decorrem a cargo da responsabilidade da Câmara, evidentemente com a sensibilização que a Junta vai fazendo ao longo do tempo. O Sr. Presidente da Junta conseguiu e eu sei que sim, esforçou-se muito para sensibilizar os vários executivos ao longo do tempo. Pelos vistos este executivo teve, o mérito de conseguir executar as obras que os anteriores não conseguiram. É isso que estamos aqui a discutir. Eu não percebo, porque cada vez que toco neste assunto o Sr. Presidente da Junta se ofende muito comigo. Eu não o estou a atacá-lo. Sobre outras coisas, nomeadamente os caminhos rurais, podemos falar se estão bem ou não, mas estas obras de que estou a falar, têm a ver apenas com o executivo. Não vamos confundir as coisas. Eu não estou aqui, repito, a fazer qualquer ataque ao Sr. Presidente da Junta, longe disso. Sei muito bem dos esforços que fez para que as obras se fizessem. Agora, factos são factos. Este executivo fez, os anteriores não fizeram. Espero que fique bem claro, de uma vez por todas, que quando eu faço críticas, não estou a fazê-las ao Sr. Presidente da Junta de Paderne, porque as obras que estou a referir não decorrem das suas competências. -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta Freguesia Paderne) - Eu quero que fique aqui bem ciente que quando digo isto, não estou a atacar ninguém pessoalmente. É assim que funciona a política. Também quero referir aqui outra coisa: tendo projecto há sete anos o saneamento básico de Ameijoafas, já era para ter sido lançado há três anos e até hoje ainda não foi, só quero saber porquê? Eu sei que as obras são da Câmara, mas como

Presidente da Junta tenho de dizer alguma coisa. Não vou ficar de braços cruzados à espera que as coisas caiam do céu. -----

Adriano Ferrão - O Dr. Anastácio desde o princípio e no fim, tenta dar uma ideia democrática das perspectivas quando se abordam estes problemas. Eu por acaso estava com atenção e percebi algumas entradas das frases. Ele repete muitas vezes "ora vamos lá ver", que nos conduz para a perspectiva pessoal dele. Ele admite "não admito mas", ou seja, está tudo ao contrário do que pode estar do outro lado. "Quer dizer, não me vão desmentir", a verdade está só com ele. "e a verdade é esta", e várias vezes diz. Enfim, tenta conduzir, talvez, o plenário para uma ilusão de perspectiva, Essa perspectiva pessoal. E depois no fim diz que não faz prognóstico, que a avaliação final diz tudo, mas faz um prognóstico já para as contas do município ao fim de apenas três anos de mandato. Também queria dizer uma coisa: a acelerar no fim do mandato, fazer pouco ou nada durante três anos e no último ano carregar nesse acelerador, foi uma aprendizagem que se calhar veio dos tempos socialistas. Não quero que essa aprendizagem por aqui fique, portanto temos que fazer qualquer coisa. A recuperação de uma situação difícil, e nós sabemos o que aconteceu, essa recuperação faz-se em vários anos. A avaliação formativa, se calhar, que o Dr. Anastácio quer fazer mas que não é diacrónica, é simplesmente uma fotografia para encher. Enfim, não é a avaliação somativa, essa é final, compete aos albufeirenses. E compete aos albufeirenses, dado que o ciclo de estudos em que estamos ainda não acabou e vai mais uns meses por adiante. Convidava o Dr. Fernando Anastácio a ter mais paciência e a comentar a parte final, no final.

Francisco Oliveira - Queria deixar aqui uma nota sobre uma questão que foi referida pelo deputado Francisco Calhau, na perspectiva de dizer que efectivamente tiveram tempos difíceis, que houve dificuldades, até o Sr. Presidente teve dificuldades nas cedências do governo central. Cada vez mais a memória falha-me, mas recordo-me perfeitamente de termos tentado aqui averbar uma moção, um requerimento, no sentido de reprovar, repudiar a não transferência dos valores necessários para que o município pudesse funcionar, nomeadamente até aquela situação em que os municípios deixaram de poder recorrer ao crédito. Lembro-me que um dos argumentos que foi utilizado foi "não se preocupem, que a situação já está resolvida e não vale a pena aprovar esta moção, este requerimento, ou esta nossa censura". De facto, tinha ficado bem se a Assembleia o tivesse aprovado. Esse documento foi votado negativamente com o argumento de que a Sr.^a Ministra falou com o Presidente da ANMP. Temos aqui o resultado dessa conversa. -----

Francisco Calhau - A ideia que eu tenho e a acta pode confirmar isso, é que no fundo, já estava resolvido e portanto era uma posição política. A nova lei já tinha sido aprovada, portanto a moção, era apenas um protesto. -----

Fernando Anastácio - Se estava resolvido, não sei porque se argumenta. As coisas que resolvidas estão, não são argumentos da queixa. Vamos lá ver uma coisa. Vamos deixar de paninhos quentes. O saneamento do município é à conta dos bolsos de cada um dos munícipes. Convido a fazer uma análise comparativa daquilo que são os custos, tanto a nível de antiga contribuição autárquica, IMI, como a nível de taxas municipais, que são cobradas e lançadas por este município sobre os munícipes de Albufeira e se calhar aí encontram o saneamento. Ou seja, a possibilidade do equilíbrio de alguma situação financeira. Porquê? O governo PSD não transferiu as receitas, ou seja, resolveu mal o problema, mas os senhores

autarcas aqui foram complacentes por causa da questão de natureza partidária e encontraram a solução, ou seja, taxaram os munícipes. E agora vêm aqui para se gloriarem que resolveram o problema. É muito fácil resolver os problemas, quando a gente tem uma conta para pagar aumenta a taxa. É muito fácil. Não é difícil gerir. Sobre isso, eu desafio a que façam as contas, quanto é o custo dos impostos de incidência municipal e de taxas em 2001 e quanto é hoje. Encontram aí necessariamente, o Sr. Vice-Presidente sabe fazer bem essas contas, ele também saberá o número e portanto saberá onde está a resposta do financiamento. A pergunta é: estão foram buscar mais dinheiro aos munícipes? Foram, é verdade. E a pergunta é: investiram mais dinheiro em investimento nas populações? A resposta é, não. A pergunta que fica é: onde é que está a gestão que leva mais dinheiro dos munícipes e não faz mais investimento? É a gestão com desperdício, porque de facto, os números não permitem outra coisa. Considero que, face a este tipo de gestão, acho que neste momento os munícipes de Albufeira estão a pagar custos únicos face ao aproveitamento dos mesmos. Este é o nosso ponto de vista e portanto, se calhar, está aí a explicação. Não está aí nenhum segredo de boa gestão, está sim naquilo que é o taxar e ir buscar dinheiro aos contribuintes. -----

Francisco Calhau - O acordo de que estamos a falar, não é da Associação de Municípios do PSD, mas sim da Associação de Municípios Nacional. Como disse o Dr. Fernando Anastácio, parece que tinha sido um acordo partidário. Não foi. E desafio-o a verificar quantas Câmaras do seu partido aderiram a esse acordo. É o exemplo que foi buscar. Vamos ver. Não vamos fazer agora demagogia, Não foi nenhum acordo partidário, que o governo promoveu. É claro, volto a dizer, sobre esse acordo, eventualmente, vamos ver as actas e ver se havia alguma coisa a fazer relativamente ao que foi feito no acordo entre a Ministra das Finanças e a ANMP. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca os dois pontos a votação, primeiro o inventário. -----

VOTAÇÃO: INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO RESPEITANTE AO ANO DE 2004-----

Votos contra: (0) -----

Abstenções: (1) Fernando Neves.-----

Votos a favor: (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Carlos Gabriel, José Sequeira, Carlos Quintino, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Helder Guerreiro, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Helder Sousa, Paulo Freitas, Pedro Ferro, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Fernando Anastácio, Ricardo Silva, Adolfo Gregório, Francisco Oliveira, Francisco Guerreiro, José Aboim, Fernando Gregório e Berto Palma. -----

Aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE 2004 -----

Votos contra: (11) Pedro Ferro, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Fernando Anastácio, Ricardo Silva, Adolfo Gregório, Francisco Oliveira, Francisco Guerreiro, José Aboim, Fernando Gregório, Berto Palma. -----


Abstenções: (1) Fernando Neves.-----

Votos a favor: (13) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Carlos Gabriel, José Sequeira, Carlos Quintino, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Helder Guerreiro, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Helder Sousa e Paulo Freitas. -----

Aprovada por maioria -----

Fernando Anastácio - Apresenta a declaração de voto da bancada do Partido Socialista (doc.1). -----

De 1



Partido Socialista

Grupo do Partido Socialista
Assembleia Municipal

DECLARAÇÃO DE VOTO

Albufeira, 21 de Abril de 2004

Assunto: Conta de Gerência - Exercício de 2004;

A apreciação de uma prestação de contas obriga esta Assembleia a deter-se na realidade nua e crua dos números, cuja apreciação objectiva não podemos deixar de fazer e só a partir daí - a realidade das contas e da comparação entre o que se prometeu e orçamentou - é que se podem tirar conclusões.

Por isso passamos à análise dos NÚMEROS e do fundamental daquilo que foi a gestão do executivo municipal PSD, no ano que agora findou, terceiro ano do presente mandato. Muitas foram as críticas que fizemos quando da elaboração do orçamento e das opções do plano a que reporta esta prestação de contas.

Agora, na apreciação da sua execução, confirma-se tudo aquilo para que na altura alertamos. Quando se compararam as receitas orçamentadas com a execução efectuada verificamos desvios extremamente significativos, desde logo e de uma forma global, uma execução com um desvio negativo de 21,79%, qualquer coisa como aproximadamente como 16 milhões de euros.

Mas quanto à receita de capital orçamentada temos cerca de 26,5 milhões de Euros e no que se reporta à execução cerca de 11,6 milhões de euros o seja um desvio negativo de cerca de 55%, sendo que em valores absolutos a grande responsabilidade do desvio, cerca de 75%, está na execução das receitas de capital a qual está intimamente ligada à deficiente capacidade de execução, pois quando não se executa não se realizam as receitas de capital.

Contudo se nos determos na execução das receitas correntes teremos uma execução aproximada do orçamentado, desvio de 2,21% o que nos mostra que nesta parte - receita corrente - não existem grandes variações o que centra o problema onde ele efectivamente está, na falta de capacidade de execução.

Vejamos também a despesa e os seus valores absolutos:

- a despesa corrente entre 2001 e 2003, aumentou de 22.046 milhões de Euros para 32.558 milhões de Euros, aproximadamente 50%;
- a mesma despesa de 2003 para 2004 aumentou para 35.179 milhões de euros, cerca de 8%;
- a despesa de capital entre 2001 e 2003 diminuiu de 21.235 milhões de Euros para 15.479 milhões de Euros e, em 2002, ficou-se pelos 16.193 milhões de Euros.
- a mesma despesa em 2004 não ultrapassou os 21 milhões de euros o seja quedou-se nos valores de 2001, sendo que no global a despesa cresceu relativamente a 2003 em 17%, tendo a despesa corrente aumentado 8,05% e despesa de capital crescido 35,9% o seja em 2004, em despesa de capital investiu-se o mesmo que em 2001!

Mas em sede de despesa corrente, a despesa não reprodutiva:

A despesa com pessoal subiu de 2002 para 2003, 10,48% e em 2004 subiu novamente 8,02%;

A despesa com aquisição de serviços subiu de 2002 para 2003, 14,12% e em 2004 subiu, novamente, agora 16,42%;

A despesa com aquisição de bens subiu de 2002 para 2003, 20,59%, mantendo-se estável em 2004;

São estes números bem elucidativos:

temos uma gestão onde a despesa corrente continua a subir, onde alguns indicadores constituem-se como sinais de alerta da saúde da estrutura das contas do município sem que se note qualquer tendência ou medidas que visem inverter este ciclo;

O orçamento e as opções do Plano são normalmente momentos geradores de expectativa, são o momento em que alguns executivos utilizam para prometer, para atrair os grandes números dos investimentos, enfim para deixarem uma esperança de um amanhã - próximo - melhor.

Mas para alguns executivos, o mês de Abril de cada ano, constitui o momento de todas as desculpas o momento em que se vem justificar o que não se fez e que se prometeu.

Hoje é um desses dias!
E porque:

Porque por exemplo as funções sociais apresentam desvios negativos globais de 32%, e parcelares como, por exemplo, na educação -11,32%, na habitação e serviços colectivos - 29,10%, na segurança e a acção social -77,15%, na cultura - 21,72%, exemplos sintomáticos de como são valoradas as questões sociais e as pessoas pelo actual executivo PSD, apesar de nos discursos e no verbo dos responsáveis muito se falar das pessoas.

Mas também será importante verificarmos que outras áreas, não menos importantes, apresentam desvios significativos no que toca à execução do investimento previsto, por exemplo: os transportes rodoviários com um desvio de - 54,95, mas se olharmos para áreas como o abastecimento de água, o saneamento, o desporto e lazer, o ordenamento do território em todas encontramos desvios muito significativos entre o prometido e o realizado.

É altura, de uma vez por todas, com números e não com afirmações genéricas saber-se qual é a realidade desta gestão, uma gestão que vive na ilusão, na promessa, na desculpa fácil, há sempre algum responsável - os outros - por que eles nunca têm culpa de nada, são boas pessoas, têm boa vontade fizeram mas, uma qualquer razão, não explicável, mas que paira sobre todos nós, é que não os deixa fazer.

Tenham dó! Assumam de uma vez por todos que são bons a prometer, melhores em mimica, bons criadores de ilusões mas, no que se reporta a capacidade para gerir este município são pouco mais que sofríveis.

Na escola e com uma escala de 0 a 20, não tinham 10 no final do ano, tinham chumbado no exame de Abril e na avaliação contínua, aliás como já chumbaram em 2003 e em 2002!

HOJE passam a ser tri-repetentes, vejamos lá que vergonha!

Entendemos que está na altura de publicar as pautas com as notas do vosso aproveitamento, em nome da verdade, da transparência e do interesse público. É bem que todos saibam quanto maus alunos são e, perdoem-nos, mas a vossa sorte é que hoje já não se colocam orelhas de burro nos maus alunos porque se ainda as usassem, todos os anos, tais adereços tinham apanhado ar.

Por tudo o que aqui foi dito, por tudo aquilo que todos nós sentimos, mas muito em particular por tudo aquilo que os municípios sentem e sofrem, mas também por tudo o que consta desta prestação de contas, TEMOS QUE CONCLUIR que estamos perante O RECONHECIMENTO, A CONFIRMAÇÃO DE QUE DE FACTO NÃO SÃO CAPAZES!

Por todas estas razões os eleitos pelo PARTIDO SOCIALISTA, nesta Assembleia Municipal, hoje 21 de Abril de 2005, votaram contra a Conta de Gerência do Município de Albufeira, relativa ao exercício de 2004!

Fernando Anastácio

1
2

Terminando, uma nota final sobre a nossa posição. E isto tem muito a ver como o tema da escola que foi hoje aqui trazido à colação. Entendemos que estamos na altura de precisar os números, de ver de facto quem é responsável e quem não é, se a responsabilidade é sempre dos outros. E estes que estão agora nada contêm de positivo. Têm vontade de fazer mais, é verdade, mas nunca conseguem fazer aquilo a que se propõem. Eu e a bancada do Partido Socialista, pedimos, tenham dó, a paciência dos munícipes tem limites. É a altura de uma vez por todas, assumirem que são bons de facto, a prometer. Assumirem que têm qualidades de mimica. Assumirem que se calhar, conseguem criar algumas ilusões, mas de facto, quando se trata da capacidade de fazerem, não chegam a ser supérveis. Terminando dizendo, na escola teriam uma nota negativa, na nossa opinião. Seriam tri-repetentes, falta agora o chumbo pela quarta vez. Mas trataremos disso em divido tempo. De facto, a publicação das pautas será um exercício. Como é uma declaração de voto está aqui escrito, não em nada a ver com as negativas, é uma nota de humor, final, que fica sempre bem. Como devem recordar, antigamente, é um método anti pedagógico, aos maus alunos normalmente costumavam lhes pôr orelhas de burro. De facto hoje já não se pratica, porque se houvesse, estes adereços não ganhavam bolor no fundo do baú, eram usados com muita frequência. -----

Antes de encerrar a sessão, e não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a votação, as minutas das deliberações tomadas, o qual foi aprovado por unanimidade

dos presentes. Encontrava-se ausente da sala o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:30 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 22 de Abril de 2005 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

